

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
2ª VARA DO TRABALHO DE CONTAGEM – MG**

**JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
MARCELO OLIVEIRA DA SILVA**



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRT da 3ª Região (MG)

Lei de Criação nº 7.471, de 30-4-1986
Data da instalação: 25-5-1987
Data de implantação do PJe: 19-12-2012

Jurisdição: Contagem, Ibirité, Mário Campos e Sarzedo.

Edital de Correição divulgado no DEJT em 23-2-2021, p. 12.

ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 24-8-2020

Às 13 horas do dia treze de março de 2021, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Maristela Iris da Silva Malheiros**, Vice-Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Zoom, instituída pelo Ato Conjunto TST/CSJT/GP N° 54, de 29 de dezembro de 2020, na 2ª Vara do Trabalho de Contagem, situada na Rua Joaquim Rocha, 13 – 3º andar, conforme ATO N° 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico o MM. Juiz Titular da Vara, Dr. **Marcelo Oliveira da Silva**; a MM. Juíza do Trabalho Auxiliar, Dra. Solainy Beltrão dos Santos; o Secretário da Vara do Trabalho, Sr. Emerson de Souza Gomes; os servidores Andréia Dias Castelano Matos, Anna Flávia da Silva Lopes Regis, Ana Maria Costa Santos – servidora, Cláudia Maria Sacramento, Marcela Almeida Serravalle, Mariana Borges Guedes Lima, Mauro de Araújo Campos, Sayonara Vasconcelos Rocha, Simone Cristina Bertasso, Tiago Amaral de Castro; a estagiária Andreza Marques Pereira Rocha. Ausente a servidora Norma da Conceição Alves, em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 186 processos, distribuídos neste ano até o dia 1º-3-2021, apurando-se a média de 5,3 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 13 cartas precatórias, dentre elas 4 executórias, até o dia 1º-3-2021, das quais 1 foi devolvida, neste ano, para o juízo deprecante, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 575 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 84 processos foram remetidos neste ano até o dia 1º-3-2021.

1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 60 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.

1.5. CARGA PARA PERITOS – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 20 processos com perícia designada.

1.6. MANDADOS EXPEDIDOS – Constam 181 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 68 pendentes de cumprimento, no prazo.

1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS NA FASE DE CONHECIMENTO – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 20 processos sobrestados.

Orientações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep):

A diretriz sugerida pela 1ª Vice-Presidência deste Regional quanto ao momento do encerramento do sobrestamento, alinhada com o posicionamento do STF, comunicada aos Magistrados nos Ofícios Circulares n. GVP1/7/2019 e GVP1/8/2019, é nos seguintes termos: “O marco temporal a ser considerado para o dessobrestamento e prosseguimento dos processos suspensos em razão de recurso extraordinário com repercussão geral ou de recursos submetidos à sistemática dos repetitivos deve ser a publicação da ata de julgamento em sessão plenária”.

Os lançamentos de sobrestamento em virtude de julgamentos de repercussão geral e de casos repetitivos devem ser confirmados diariamente no sistema SJV/SJVPI, nos termos do art. 13, § 2º, da Resolução CNJ n. 235/2016. Os processos com sobrestamento genérico (assim chamados aqueles que não decorrem de repercussão geral, IRRR, IRDR e IAC), devem ser ignorados também diariamente.

OBSERVAÇÕES/ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS:

Lançamentos não ignorados da 2ª VT de Contagem:

0011473-88.2017.5.03.0030; 0011040-16.2019.5.03.0030; 0011481-70.2014.5.03.0030;
0010956-83.2017.5.03.0030; 0027400-17.2005.5.03.0030
0011760-22.2015.5.03.0030; 0011300-35.2015.5.03.0030

Uma pesquisa por amostragem no PJe revelou que no processo n. 0011473-88.2017.5.03.0030 a determinação judicial de sobrestamento não se embasou em repercussão geral, em incidentes de recursos repetitivos ou em IAC. Tanto que foi registrado movimento de sobrestamento genérico. Assim, esse lançamento deve ser ignorado no sistema SJVPI.

Sendo essa a hipótese dos demais processos listados acima, esses também devem ser ignorados no sistema SJVPI.

Orientação: Para ignorar os lançamentos no sistema SJVPI, seguir os procedimentos abaixo:

- 1) acessar a tela "Consulta/Valida Processos sobrestados", selecionando o filtro "Somente os não confirmados" na caixa "Mostrar sobrestamentos";
- 2) clicar em “Pesquisar” (ícone da lupa);
- 3) todos os processos não confirmados/ignorados vão ser listados no campo “Sobrestamentos encontrados”;

4) selecionar todos os processos que estão listados acima (após verificação do comando judicial);

5) em seguida, clicar no botão “ignorar sobrestamento(s)” na parte inferior.

Processos examinados na correição, por amostragem, temas ainda não julgados:

0010790/17, 0010566/19, 0010956/17, 0011285/19, 0010760/18, 0011659/17, 0011251/19, 0011049/17, 0011274/17, 0010941/17: sobrestados em razão do recurso extraordinário com repercussão geral pelo STF – Tema nº 1046 – Validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente.

Recomenda-se, ainda, que seja observada a correta correspondência dos andamentos dos processos àqueles do sistema E-Gestão, conforme Manual de Orientações do Sistema E-Gestão 1º Grau (http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o_1%C2%BA_Grau).

Também deve ser consultada a cartilha de sobrestamento e “dessobrestamento” elaborada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, disponível no link https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha_NUGEP.pdf

Está disponível no link <https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg>, sistematizadas por assunto.

1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019 e 41,39% em 2020. A Meta estabelecida para este indicador em 2020 foi de 40% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 21/01/2021, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Contagem - 02a Vara					
	Indicador / Ano	2016	2017	2018	2019	3º trim/2020 (01/10/19 a 30/09/20)
Ind. 10: Taxa de Congestionamento Conhecimento (%)		48,25	49,45	44,76	43,11	42,43

1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2021 até 1º-3-2021)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
------	----------	-------------------------

CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	245
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	555
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	34

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas (aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST):

Processos sem audiência designada durante a fase de instrução: São os processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão e que não possuem audiência designada ou não estão suspensos/sobrestados.	76
---	----

Aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST

1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, “são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2001	1	20
2002	1	19
2003	1	18
2008	1	13
2010	2	11
2011	1	10
2012	4	9
2014	1	7

2015	2	6
2016	15	5
2017	55	4
2018	108	3
2019	150	2
2020	360	1
2021 – ano de referência	132	
TOTAL	834	1,72

Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de março até o dia 1º):

Processo	Tarefa
0130000-58.2001.5.03.0030	Cumprimento de Providências
0067000-50.2002.5.03.0030	Aguardando prazo
0173700-16.2003.5.03.0030	Aguardando prazo
0126400-82.2008.5.03.0030	Aguardando prazo
0000610-20.2010.5.03.0030	Cumprimento de Providências
0001554-22.2010.5.03.0030	Cumprimento de Providências
0002455-53.2011.5.03.0030	Aguardando prazo
0001495-63.2012.5.03.0030	Cumprimento de Providências
0003075-31.2012.5.03.0030	Prazos Vencidos
0003191-37.2012.5.03.0030	Cumprimento de Providências
0003364-61.2012.5.03.0030	Cumprimento de Providências
0011438-59.2014.5.03.0087	Aguardando final do sobrestamento
0011300-35.2015.5.03.0030	Aguardando final do sobrestamento
0011760-22.2015.5.03.0030	Aguardando final do sobrestamento
0010417-54.2016.5.03.0030	Aguardando audiência
0010995-17.2016.5.03.0030	Aguardando prazo
0011384-02.2016.5.03.0030	Aguardando audiência
0011389-24.2016.5.03.0030	Aguardando audiência
0011452-49.2016.5.03.0030	Aguardando audiência
0011496-68.2016.5.03.0030	Aguardando audiência

2) Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
		6

CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	0
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	1.011

FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	0
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	206

FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 383)	5
	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 90383)	1.550

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	34

1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019 e 63,28% em 2020. A Meta estabelecida para este indicador em 2020 foi de 57% (dados extraídos do

sistema e-Gestão em 21/01/2021, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Contagem - 02a Vara				
	Indicador / Ano	2016	2017	2018	2019
Ind. 14: Taxa de Congestionamento Execução (%)	86,94	84,78	71,04	77,64	65,50

Existem 1.746 processos em fase de execução, assim discriminados:

- 1.236 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- 1 processo suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- 509 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327;
- não há processos no arquivo temporário, extração personalizada do SIAP1.

Os dados foram extraídos do sistema e-Gestão, no período de 01/01/2021 até 01/03/2021

No ano anterior, até dia 01/03/2020 – havia 2.185 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- 1.763 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- 24 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- 398 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.

Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de março até o dia 1º):

Processo	Tarefa
0171000-43.1998.5.03.0030	JUNTADA DE PETIÇÃO
0063200-72.2006.5.03.0030	DESPACHO
0166200-54.2007.5.03.0030	DEVOLUÇÃO DE CARGA DE ADVOGADO
0098100-81.2006.5.03.0030	PROCESSO RETORNOU DA CONTADORIA
0035500-29.2003.5.03.0030	INTIMAÇÃO PUBLICADA
0010074-63.2013.5.03.0030	Cumprimento de Providências
0010618-51.2013.5.03.0030	Cumprimento de Providências
0011366-83.2013.5.03.0030	Cumprimento de Providências
0012286-57.2013.5.03.0030	Cumprimento de Providências
0011565-08.2013.5.03.0030	Aguardando apreciação pela instância superior
0010659-18.2013.5.03.0030	Cumprimento de Providências

0010409-48.2014.5.03.0030	Cumprimento de Providências
0012118-55.2013.5.03.0030	Aguardando prazo
0010438-98.2014.5.03.0030	Aguardando audiência
0011978-21.2013.5.03.0030	Cumprimento de Providências
0011348-50.2013.5.03.0131	Aguardando prazo
0011928-58.2014.5.03.0030	Aguardando prazo
0011148-55.2013.5.03.0030	Aguardando prazo
0000887-65.2012.5.03.0030	PROCESSO RETORNOU DA SECRETARIA DE EXECUÇÕES
0012806-80.2014.5.03.0030	Cumprimento de Providências

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93 (execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados,) extraídos do sistema e-Gestão (mês de março 2021 apurado até dia 1º):

Mês	Ano 2020	Ano 2021
Janeiro	30	59
Fevereiro	81	25
Março	41	
Abril	50	
Maiο	32	
Junho	32	
Julho	64	
Agosto	169	
Setembro	206	
Outubro	215	
Novembro	143	
Dezembro	63	
TOTAL	1126	84

Execuções por juiz	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02
ANDRE LUIZ MAIA SECCO	1				3		1	1					1	15
ANGELA MARIA LOBATO GARIOS	21	72												
HAYDEE PRISCILA PINTO COELHO DE SANT'ANA						12								
HENRIQUE MACEDO DE OLIVEIRA	5			10										
LUIZ FERNANDO GONCALVES								3						
MARCELO OLIVEIRA DA SILVA	3	9	41	40	22	20	63	56	204	215	143	63	58	10
NARA DUARTE BARROSO CHAVES					7			109	2					
Totais	30	81	41	50	32	32	64	169	206	215	143	63	59	25

Comparativamente, nos anos de 2020 e 2021, foram expedidos alvarás, conforme abaixo (mês de março 2021 apurado até dia 1º):

Mês	Ano 2020	Ano 2021
Janeiro	8	8
Fevereiro	17	15
Março	19	1
Abril	7	
Maiο	13	
Junho	7	
Julho	12	
Agosto	8	
Setembro	12	
Outubro	19	
Novembro	7	
Dezembro	14	
TOTAL	143	24

1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS PENDENTES: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 1-3-2021, existem 26 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

	Qtde
Embargos de Declaração Pendentes	20
Incidentes na Liquidação/Execução Pendentes	1
Tutelas Provisórias Pendentes	5
Total	26

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e

recomendações do Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 12-3-2021 havia 15 processos:

- a) **procedimento sumaríssimo**: 2 processos;
- b) **procedimento ordinário**: 3 processos;
- c) **una por videoconferência (rito sumaríssimo)**: 1 processo;
- d) **inicial por videoconferência**: 1 processo;
- e) **instrução por videoconferência**: 3 processos;
- f) **tentativa de conciliação na fase de execução por videoconferência**: 5 processos.

Foram examinados os autos dos processos 0010151/21, 0010154/21, 0010159/21, 0010167/21, 0010168/21, 0010964/19, 0012019/13, 0010890/17, 0010938/20, 0010780/20.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho possui, até o dia 7-3-2021, 8 processos físicos no total, dentre eles, os migráveis são 8 processos.

Exame dos autos dos processos 0011226/20, 0010082/21, 0011100/20, 0010098/21, 0010855/20, 0011066/20, 0010122/21, 0010121/21, 0011004/20, 0010040/21, 0010790/17, 0010566/19, 0010956/17, 0011285/19, 0010760/18, 0011659/17, 0011251/19, 0011049/17, 0011274/17, 0010941/17, 0010048/21, 0011133/20, 0010028/21, 0010229/20, 0010020/21, 0011271/20, 0011270/20, 0010015/21, 0011207/20, 0010035/21, 0010609/19, 0010086/19, 0011391/18, 0010492/18, 0010102/18, 0010076/18, 0010578/20, 0010740/19, 0010165/18, 0011139/19, 0010389/17, 0010095/19, 0010901/19, 0012560/15, 0012424/17, 0010324/19, 0011383/18, 0011432/16, 0011098/19, 0010380/20, 0010104/19, 0012049/16, 0010028/20, 0010797/19, 0010766/20, 0011172/17, 0011552/19, 0010385/17, 0011798/16, 0011767/17, 0011047/20, 0011260/20, 0011168/20, 0011195/20, 0011126/20, 0011140/20, 0011224/20, 0011177/20, 0010091/21, 0011236/20.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010048/21, 0011133/20, 0010028/21: processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias;

- 0010855/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 86dbc4b (mais de 10 dias), Id e20cfc (mais de 10 dias);

- 0011066/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 247064a (mais de 20 dias);
- 0011004/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id ad81fff (mais de 10 dias);
- 0010740/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria para conclusão dos autos ao Magistrado para julgamento dos Embargos Declaratórios - Id 4ff3142 (mais de 10 dias);
- 0010389/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria para conclusão dos autos ao Magistrado para julgamento dos Embargos Declaratórios - Id 6feb84a (mais de 10 dias);
- 0010095/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria para conclusão dos autos ao Magistrado para julgamento dos Embargos Declaratórios - Id e5e359f (mais de 10 dias);
- 0012560/15: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria para conclusão dos autos ao Magistrado para julgamento dos Embargos Declaratórios - Id dd85b62 (mais de 10 dias);
- 0012424/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 7ed47d1 (mais de 10 dias);
- 0010324/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id d7a8639 (mais de 20 dias);
- 0011383/18: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id a2e5c57 (sem movimentação há mais de 30 dias);
- 0011432/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – Id 2815264 (sem movimentação há mais de 100 dias);
- 0010104/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id f4af83c (mais de 20 dias);
- 0012049/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria para conclusão dos autos ao Magistrado para julgamento dos Embargos à Execução - Id dfc1a41 (mais de 10 dias), Embargos Declaratórios - Id efb2836 (mais de 10 dias);
- 0010766/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 13bd618 (mais de 10 dias);
- 0011172/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 23613c8 (mais de 30 dias);

- 0011552/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id bea615b (mais de 10 dias).

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 14 ações civis públicas em tramitação.

Processo	Tarefa
0010037-60.2018.5.03.0030	Aguardando apreciação pela instância superior
0010208-17.2018.5.03.0030	Prazos Vencidos
0010257-63.2015.5.03.0030	Aguardando apreciação pela instância superior
0010567-93.2020.5.03.0030	Aguardando audiência
0010832-37.2016.5.03.0030	Aguardando apreciação pela instância superior
0011008-11.2019.5.03.0030	Aguardando audiência
0011011-05.2015.5.03.0030	Aguardando prazo
0011135-12.2020.5.03.0030	Aguardando prazo
0011329-80.2018.5.03.0030	Cumprimento de Providências
0011375-69.2018.5.03.0030	Aguardando apreciação pela instância superior
0011390-38.2018.5.03.0030	Aguardando prazo
0011554-42.2014.5.03.0030	Cumprimento de Providências
0011682-96.2013.5.03.0030	Aguardando prazo
0012439-85.2016.5.03.0030	Aguardando apreciação pela instância superior

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 9 ações civis coletivas em tramitação.

Processo	Tarefa
0010390-32.2020.5.03.0030	Aguardando prazo
0010391-17.2020.5.03.0030	Aguardando prazo
0010392-02.2020.5.03.0030	Elaborar sentença
0010394-69.2020.5.03.0030	Aguardando cumprimento de acordo
0010395-54.2020.5.03.0030	Aguardando audiência
0010880-54.2020.5.03.0030	Aguardando audiência
0011235-64.2020.5.03.0030	Aguardando prazo
0011259-92.2020.5.03.0030	Aguardando prazo
0012793-81.2014.5.03.0030	Aguardando apreciação pela instância superior

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2019	2020	2021
Procedimento sumaríssimo/ordinário	35	86	64
Instrução processo físico	2.406	-	-
Instrução processo eletrônico	311	300	197

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2019	2020	2021
Procedimento sumaríssimo	17	Adotou o art. 335 do CPC	05/04/2021 – 14 dias
Procedimento Ordinário	21	Adotou o art. 335 do CPC	16/04/2021 – 20 dias
Instrução	309	205	17/11/2021 – 167 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2021 até 1-3-2021).

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	207	245

2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação.

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória	0	0

dos cálculos (item 417)		
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	49	179

3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	1	2.193
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	57	1.323
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	3	1.450

No ano 2020, apurou-se que, em 235 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2020	Média/dia útil
Julgados procedentes	103	0,4
Julgados procedentes em parte	267	1,1
Julgados improcedentes	143	0,6
Extintos com resolução de mérito	19	0,08
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	532	2,2
Extintos sem resolução de mérito	53	0,2

Arquivamento	167	0,7
Desistência	43	0,1
Outras decisões sem exame de mérito	13	0,05
Total sem exame de mérito	276	1,1
Decisões de conhecimento	808	3,4
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	224	0,9
Decisões na fase de execução	120	0,5
Total	1.152	4,9

No ano de 2021, até o dia 1º-3, com 35 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	1º-3-2021	Média dia/útil
Julgados procedentes	23	0,6
Julgados procedentes em parte	52	1,4
Julgados improcedentes	18	0,5
Extintos com resolução de mérito	1	0,02
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	94	2,6
Extintos sem resolução de mérito	8	0,2
Arquivamento	20	0,5
Desistência	8	0,2
Outras decisões sem resolução de mérito	2	0,05
Total sem resolução de mérito	38	1,0
Decisões de conhecimento	132	3,7
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	27	0,7
Decisões na fase de execução	22	0,6

Total	181	5,1
--------------	------------	------------

4. AUDIÊNCIAS, DESPACHOS E SENTENÇAS NA FASE DE CONHECIMENTO

– Em fevereiro de 2021, com 17 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	1	0,05
Conciliação em execução	11	0,6
Encerramento de instrução <small>Os encerramentos de instrução não são somados</small>	0	0
Inicial/Inicial (rito sumaríssimo)	45	2,6
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	0	0
Instrução/Instrução (rito sumaríssimo)	48	2,8
Una/Una (rito sumaríssimo)	77	4,5
Total	182	10,7

No mês de fevereiro de 2021, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram homologados 50 acordos em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Conforme sistema e-Gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução (sentenças e decisões). Mês de março 2021 apurado até dia 1º:

Fase	Conhecimento		Execução		Liquidação	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Janeiro	16	25		7		1
Fevereiro	38	50	1	7	3	1
Março	26	5	1	1	2	
Abril	7		4		4	
Maio	22		3		1	

Junho	36		5		9	
Julho	48		8		3	
Agosto	43		2		3	
Setembro	35		6		2	
Outubro	42		3		3	
Novembro	40		6		4	
Dezembro	45		8		2	
TOTAL	398	80	47	15	36	2

Comparativamente, nos anos de 2020 e 2021, foram realizadas audiências, conforme abaixo (mês de março 2021 apurado até dia 1º):

Mês	Ano 2020	Ano 2021
Janeiro	74	83
Fevereiro	164	191
Março	117	20
Maio	10	
Junho	127	
Julho	171	
Agosto	292	
Setembro	170	
Outubro	143	
Novembro	181	
Dezembro	121	
TOTAL	1570	294

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03
ANDRE LUIZ MAIA SECCO													108	
ANDREA RODRIGUES DE MORAIS										1	2			
ANGELA MARIA LOBATO GARIOS	74	129												
CIRCE OLIVEIRA ALMEIDA BRETZ										30				
ERICA APARECIDA PIRES BESSA										1				
HADMA CHRISTINA MURTA CAMPOS						1		1						
HAYDEE PRISCILA PINTO COELHO DE SANT'ANA					15									
LILIAN PIOVESAN PONSSONI		1												
LUIZ FERNANDO GONCALVES							8							18
MARCELO OLIVEIRA DA SILVA		34	117	6	112	170		147	143	149	119	83	67	12
NARA DUARTE BARROSO CHAVES				4				284	22					
SOLAINY BELTRAO DOS SANTOS													16	8
Totais	74	164	117	10	127	171	292	170	143	181	121	83	191	20

Foram realizadas 191 audiências em fevereiro e 109 audiências realizadas de 1º-3-2021 a 10-3-2021. Foram designadas 195 audiências de 11-3-2021 até do dia 31-3-2021.

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão: (mês de março 2021 apurado até dia 1º):

Mês	Ano 2020	Ano 2021
Janeiro	52	71
Fevereiro	128	132
Março	121	9
Abril	25	
Maio	88	
Junho	76	
Julho	112	
Agosto	99	
Setembro	99	
Outubro	111	
Novembro	141	
Dezembro	140	
TOTAL	1192	212

sentença por juiz	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03
ANDRE LUIZ MAIA SECCO	6	6			1									55	3
ANGELA MARIA LOBATO GARIOS	46	107	18												
CIRCE OLIVEIRA ALMEIDA BRETZ											10				
FABIANA ALVES MARRA			1												
HADMA CHRISTINA MURTA CAMPOS							1								
HAYDEE PRISCILA PINTO COELHO DE SANT'ANA						15									
LUIZ FERNANDO GONCALVES								5							
MARCELO OLIVEIRA DA SILVA		15	102	25	69	60	111	3	89	111	131	140	71	72	3
NARA DUARTE BARROSO CHAVES					18	1		91	10						
SOLAINY BELTRAO DOS SANTOS														5	3
Totais	52	128	121	25	88	76	112	99	99	111	141	140	71	132	9

Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período (mês de março 2021 apurado até dia 1º:

Mês	Ano 2020	Ano 2021
Janeiro	1181	1545
Fevereiro	1837	1649
Março	1667	165
Abril	1261	
Maiο	1796	
Junho	2084	
Julho	2866	
Agosto	2408	
Setembro	2423	
Outubro	2161	
Novembro	1959	
Dezembro	1672	
TOTAL	23315	3359

Constatou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, mediante informação do Secretário da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas de segunda-feira a sexta-feira, a partir das 13 horas. O intervalo entre as audiências é de 10 minutos para as de procedimento sumaríssimo, 5 minutos para as de procedimento ordinário e de 30 minutos para as instruções.

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Declara o magistrado, quanto à residência, que cumpre a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantém o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.

5. Produtividade –

Movimentação Anual de Processos			
	2019	2020	2021 até 1º-3
Processos recebidos	1.368	1.169	186
Média por dia útil	6,0	4,9	5,3

Processos remanescentes do ano anterior	1.105	868	837
Sentenças anuladas	12	23	0
Total de processos para solução	2.485	2.060	1.023
Processos solucionados	1.640	1.192	212
Processos conciliados	568	384	80
Produtividade	65,99%	57,86%	20,72%

Analisando os dados supra, verificou-se uma diminuição de 14,5% em relação ao número de processos recebidos no ano 2020. Quanto à produtividade, verificou-se que em 2020 houve uma diminuição de 8,1%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST) – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018.

MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (de 1º-1-2021 até 1º-3-2021)

1) Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	80
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	212

2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	212
--------------	--	-----

Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	186
-----------	--	-----

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	15
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	62

MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2021 até 1º-3-2021)

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	1.011
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	208

2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	1.555
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	87

MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2021 até 1º-3-2021)

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	208
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	87
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos	12

	itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	
--	-------------------------------------	--

2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 337 e 90337 no final do período de referência	1.011
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	1.555
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)	12

Perfil da Vara do Trabalho		Contagem - 02a Vara			
Indicadores / Período de referência	Ano 2019 01/01/2019 a 31/12/2019	1º trim 2020	2º trim 2020	3º trim 2020	
		01/04/2019 a 31/03/2020	01/07/2019 a 30/06/2020	01/10/2019 a 30/09/2020	
Indicadores	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,92	1,47	1,21	1,03
	I02 - Pendentes	3.456	3.525	3.333	2.915

	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00	0,00	0,00
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	313,30	304,32	306,68	284,90
	I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	147,84	159,48	174,93	168,86
	I06 - Prazo médio na execução (em dias)	2.303,29	2.262,46	2.056,63	2.338,70
	I07 - Taxa de conciliação (%)	34,35	32,86	31,87	33,07
	I08 - Taxa de solução (%)	119,55	115,41	108,27	100,24
	I13 - Taxa de execução (%)	176,47	177,81	171,38	248,99
	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	43,18	43,66	42,56	42,43
	I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	77,63	78,82	77,80	65,50
	I11 - Produtividade por servidor	175,92	174,58	168,67	188,92
	I12 - Pendentes por servidor	262,42	268,83	254,92	221,33
Meso	Acervo	0,58	0,59	0,58	0,54
	Celeridade	0,54	0,53	0,53	0,59
	Produtividade	0,54	0,56	0,56	0,51
	Congestionamento processual	0,86	0,87	0,82	0,61
	Força de trabalho	0,71	0,71	0,68	0,51
Macro	IGEST	0,6457	0,6536	0,6337	0,5512
	Posição IGEST	150	149	150	137
	Movimentação processual	1501 a 2000	1501 a 2000	1501 a 2000	1501 a 2000

Consultada a tabela do IGEST, disponível no e-Gestão, apurou-se, até que o índice seja retificado pelo TST, conforme demanda desta Corregedoria, que no período de referência, ano 2020, no mesoindicador por colocação, esta unidade está na 111ª posição.

6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda	Valores pagos aos reclamantes por execução, acordo ou pagamento espontâneo
R\$2.359.069,22	R\$154.144,9	R\$24.602.177,81

7. PORTARIAS – De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, encontram-se em vigor as Portarias 1/2009, que dispõe sobre a intimação de procuradores por meio do diário eletrônico, independentemente do local de inscrição da respectiva OAB e a 1/2011, regulamentando a prática de atos meramente ordinatórios.

8. SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.

9. DA SECRETARIA – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que em 11 foram encontrados excessos de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como foram observadas as suspensões de prazo em decorrências das chuvas em 2020, da Portaria GP N. 109/2020 e das Portarias Conjuntas GP/CR/VCR N. 112/2020 e N. 114/2020. Também foram observadas as determinações referentes ao COVID-19.

10. Gestão Estratégica

Meta 1 CNJ/ 2021: Julgar mais processos que os distribuídos – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

Em 2020, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 99,91% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 93,50% (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

No ano 2021, até o dia 31-1-2021, o percentual alcançado foi de 80,72% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 62,32%.

Meta 2 CNJ/ - 2021: Julgar processos mais antigos – Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019, nos 1º e 2º graus.

Os valores de 2020-2021 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 3 CNJ/ - 2021: Estimular a conciliação – Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual. Cláusula de barreira: 40%.

Em 2020, quando a Meta era “Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2017/2018”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 88,09% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 48,78%, conforme modelo de apuração do SIGEST/CSJT e 108,40% de cumprimento da meta, conforme modelo de apuração do CNJ, que utiliza como parâmetro a cláusula de barreira, que em 2020 foi de 45%. Ressalta-se que o indicador possui como meta o valor de 46,58% (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

No ano 2021, até o dia 31-1-2021, o percentual alcançado foi de 86,57%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 42,24%.

Meta 5 CNJ – 2021: Reduzir a taxa de congestionamento - Reduzir em 2 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.

Trata-se de uma nova meta para o exercício de 2021.

Em 2020, a Meta 5 era “Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 163,24%, do valor da meta estipulado para o ano de 2020, tendo cumprido a Meta. O resultado deste Regional foi de 108,52% (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

No ano 2021, até o dia 31-1-2021, o percentual alcançado foi de 167,25% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 100,97%.

Meta 6 CNJ – Em 2020, quando a Meta era “Identificar e julgar, até 31/12/2020, 95% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 1º grau.” (VIGOROU ATÉ 2020).

Os valores de 2020 e 2021 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 5 CSJT – 2021: Tempo médio de duração do processo – Fase de Conhecimento

Em 2020, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2018, em 2% até 2019 e em 5% até 2020”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 319,45 dias, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 171 dias (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2020 era de 208 dias.

No ano 2021, até o dia 31-1-2021, o tempo médio de duração do processo desta unidade está em 320,28 dias, sendo de 172 dias o resultado deste Regional para o mesmo período.

Meta 11 CNJ 2021: Aumentar a tramitação dos processos de forma eletrônica – Alcançar 100% de processos judiciais eletrônicos em relação ao acervo total.

No ano 2021, conforme painel do CLEC – disponível na intranet está unidade organizacional possui 8 processos migráveis.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

12.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

13. RECOMENDAÇÕES:

13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se que, quando da publicação da Portaria, referente ao formulário eletrônico para a autoinspeção, seja cumprido o Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020, publicado DEJT de 1º-10-2020, que dispõe sobre a autoinspeção ordinária das unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Recomenda-se, ainda, ao Secretário e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve

ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;

2) inseridos em pauta os processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas constantes da tabela do item 1.9 desta Ata;

3) ao executar os atos processuais, observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228 do CPC;

4) observada, logo após a conclusão para julgamento de embargos, a remessa do processo para a tarefa “Concluso ao magistrado” do PJe, possibilitando, assim, o início da contagem do prazo para prolação de sentença estipulado no artigo 226, III, do CPC;

5) envidados esforços para a redução do prazo de designação de audiências de instrução;

6) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de conhecimento, conforme o discriminado no item 1.9 desta Ata;

7) saneados os incidentes processuais pendentes, conforme apurado no item 1.11 desta Ata;

8) envidados esforços para aumentar a produtividade, tendo em vista os dados apurados no item 5 desta Ata;

9) usados como ferramenta de auxílio na gestão da secretaria, os relatórios existentes no Painel de Produtividade, disponível na intranet deste Regional;

10) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2021, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020, dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região, observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que defere a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em epígrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019;

11) envidados esforços para o cumprimento da **Meta 1 CNJ/Meta 6 CSJT**: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente; **Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT**: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017 e da **Meta 5 CSJT**: Tempo médio de duração do

processo - Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017, tendo em vista que estas não foram atingidas no ano 2020.

12) observada a Resolução Conjunta GP/GCR N. 136, de 27 de janeiro de 2020, devendo a Vara do Trabalho adotar medidas para cumprimento dos procedimentos previstos no capítulo II, artigos 5º ao 7º da referida Resolução, e certificar a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado. Para isso, até a efetiva liberação do sítio eletrônico Garimpo, as varas do trabalho deverão consultar a existência de saldo nos sítios eletrônicos dos bancos já disponíveis. https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/aceso-restrito/ (extratos da caixa econômica federal) e <https://www63.bb.com.br/portalbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbxcid=1335> (extratos do Banco do Brasil) e <https://conectividade.caixa.gov.br> (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);

13) observada a Portaria Conjunta GP/GCR/GVCR N. 223, de 3 de setembro de 2020 que estabelece no âmbito da Justiça do Trabalho de Minas Gerais medidas para a retomada gradual dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para a prevenção de contágio pelo novo coronavírus, causador da COVID-19;

14) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020 e artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020, dispondo que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional e que o atendimento também seja por meio de videoconferência a advogados, procuradores, membros do Ministério Público do Trabalho e partes que atuam no exercício do jus postulandi, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, durante a pandemia da Covid-19 e a habilitação das funcionalidades siga-me ou WhatsApp Business;

15) cumprida a recomendação Nº 10/GCGJT, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020, que, em caráter excepcional, durante a duração da pandemia, sejam priorizados os atos atinentes à tramitação das ações trabalhistas e recursos de interesse dos profissionais da saúde que se encontram na função de atuação ao combate ao COVID-19;

16) realizado, pelos magistrados e pelos servidores, o Exame Periódico de Saúde na data aprazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2020:

A Corregedoria Regional verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:



- 1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;
- 2) ao executar os atos processuais, observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228 do CPC;
- 3) observada, logo após a conclusão para julgamento de embargos, a remessa do processo para a tarefa “Concluso ao magistrado” do PJe, possibilitando, assim, o início da contagem do prazo para prolação de sentença estipulado no artigo 226, III, do CPC;
- 4) envidados esforços para a redução do prazo de designação de instrução;
- 5) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2020, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020, dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região, observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que defere a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em epígrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019;
- 6) envidados esforços para o cumprimento **Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc)** - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017 e da **Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo – Fase de Conhecimento (TMDP1c)**: Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017, tendo em vista que estas não foram atingidas no ano 2019.

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara aprimore a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Participe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU), que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional

incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as incluídas no objetivo 16, disponíveis no link <http://www.agenda2030.org.br/ods/16/>, que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 15h15min do dia 13 de março de 2021, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 25/2021, publicado no DJe 23-2-2021, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e Jânio Júlio Fernandes.

MARISTELA IRIS DA SILVA
MALHEIROS:30831806
Assinado de forma digital por
MARISTELA IRIS DA SILVA
MALHEIROS:30831806
Dados: 2021.03.30 18:50:23 -03'00'

Maristela Iris da Silva Malheiros
Desembargadora Vice-Corregedora do TRT/3ª Região

MOZART SECUNDINO DE OLIVEIRA JUNIOR:30831138
Assinado de forma digital por
MOZART SECUNDINO DE OLIVEIRA JUNIOR:30831138
Dados: 2021.04.05 11:27:40 -03'00'

Mozart Secundino de Oliveira Júnior
Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria